CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Devolver o Futuro à Península de Setúbal

Sessão de encerramento

António Saraiva, Presidente da CIP

4 de junho de 2021

(agradecimentos)

No final desta Conferência em que estiveram em foco as singularidades da Península de Setúbal e os constrangimentos específicos ao seu desenvolvimento, na procura de vias de solução para "devolver o futuro" a este território e às suas gentes, permitam-me que aproveite a oportunidade que me foi dada para alargar um pouco esta reflexão enquadrando-a na questão mais vasta do desígnio de devolver o futuro a Portugal.

Faço-o com base no trabalho que a CIP está a levar a cabo para pensar a economia pós pandemia, com uma ambição que está muito longe de ser o regresso ao passado: o objetivo é um novo ciclo de desenvolvimento sustentado.

Este objetivo exige uma estratégia económica que passa por uma nova geração de políticas públicas, pela utilização eficiente e transparente dos recursos públicos, nacionais e europeus, por uma nova cultura de relacionamento com os agentes económicos, pela valorização do papel da economia de mercado e da iniciativa privada. Portugal não pode perder mais uma década. As novas gerações, mais capacitadas e felizmente mais exigentes, não admitem um país adiado. Este é o momento em que, com as fragilidades que sentimos, com o enquadramento europeu que temos e com os desafios globais que identificamos, devemos apostar:

- Nas qualificações
- Na capitalização das empresas
- Na investigação e na inovação
- Na captação de investimento
- Na digitalização da economia
- Na resposta à demografia e ao envelhecimento sustentável
- No aproveitamento dos recursos endógenos
- Na eficiência energética
- Nas relações geoestratégicas privilegiadas do país

Não esquecemos as fragilidades e os constrangimentos que resultam do desafio ambiental, da evolução demográfica, do elevado endividamento ou do nível médio de formação, mas temos potencial e ambição para os ultrapassar.

Permitam-me que me centre em alguns dos instrumentos fundamentais para levar a cabo uma estratégia que torne possível essa ambição.

Em primeiro lugar, a eficaz utilização dos fundos europeus que temos à nossa disposição.
Tenho insistido na necessidade de dirigir diretamente às empresas um volume de financiamento suficiente para que sejam capazes de cumprir a sua parte no impulso e na sustentação da recuperação económica que todos desejamos.

Preocupa-me também a necessidade de, quer no PRR, quer nos próximos Programas Operacionais para 2021/2027, se desenharem formas expeditas, eficientes e rápidas de aprovação e canalização de verbas para os beneficiários.

Temos agora a oportunidade de corrigir problemas detetados no Portugal 2020 e adequar os processos e o funcionamento das estruturas à realidade das empresas e às suas necessidades.

Os problemas prendem-se, em grande medida, com o desfasamento entre o tempo dos negócios e o tempo dos programas: somando o tempo de espera para a abertura das candidaturas com o tempo para conhecer o respetivo resultado e com o tempo para assinar o contrato, já passou o interesse e a oportunidade de realização do projeto. Há, depois, ainda, o tempo de espera para a avaliação de cada pedido de pagamento.

Um aspeto a corrigir será, por isso, o do excesso de especificidades e de restrições nos avisos de abertura de concursos, na vã tentativa de definir, em cada momento, os setores, as empresas e os negócios que mais contribuem para os objetivos da política económica. Acresce que esses avisos são limitados no tempo, segundo lógicas do lado da máquina administrativa, nem sempre conciliáveis com os timings das empresas e com as respetivas estratégias.

Haveria toda a vantagem em que os avisos fossem de banda larga e as candidaturas em contínuo, garantindo estabilidade e previsibilidade às empresas relativamente aos estímulos com que podem contar para impulsionar as suas estratégias.

Em segundo lugar, são necessários instrumentos que visem a capitalização das empresas. Esta é reconhecidamente uma necessidade absoluta para a competitividade da economia e os efeitos da COVID19 tornaram ainda mais premente esta prioridade.

Temos reiterado a urgência na implementação de instrumentos de apoio à capitalização das empresas, no âmbito de uma estratégia que tem vindo a ser anunciada, mas tarda em concretizar-se.

Em terceiro lugar, precisamos de uma estratégia de relançamento da nossa base industrial.

Há que passar das intenções às políticas concretas para que a indústria ganhe tração, aumentando a competitividade, atraindo investimento e competências, integrando redes globais de valor

A Comissão Europeia publicou no passado há um mês, a atualização da sua Estratégia Industrial, integrando as novas circunstâncias e os ensinamentos decorrentes da crise da COVID-19.

Esta atualização da Estratégia Industrial incide em três áreas fundamentais:

- Reforçar a resiliência do mercado único europeu;
- Gerir as dependências da UE em domínios estratégicos;
- Acelerar as transições ecológica e digital.

Portugal não só não pode estar fora desta linha estratégica como deve desenhar uma estratégia industrial para responder aos desafios específicos da economia nacional.

A busca de novos mercados e a integração em cadeias de valor globais é crucial para a desejável transformação estrutural da economia portuguesa.

Os apoios ao empreendedorismo deverão ser reforçados, nomeadamente com programas que incluam todo o ciclo de vida das *startups* e com reforço do capital de risco.

A cooperação entre Academia e Empresas deverá ser mais incentivada, refletindo a preocupação com a rápida recuperação económica na maior afetação do envelope financeiro à inovação e áreas produtivas, em particular às empresas.

Sobretudo, precisamos de uma política económica que coloque a competitividade industrial como preocupação transversal na intervenção do Estado na economia.

Poderia ainda focar outros instrumentos indispensáveis à estratégia que urge implementar, desde a política fiscal à eliminação de custos de contexto que tanto têm inibido ou penalizado o empreendedorismo e a competitividade em Portugal.

Não abusarei do tempo que me foi concedido.

Estes são domínios extensivos a toda a economia.

Mas devolver o futuro a Portugal deverá passar, igualmente, por estratégias de crescimento setoriais e regionais, em cuja definição e execução de medidas participem de forma ativa as empresas e as associações que as representam.

A Península de Setúbal tem uma realidade industrial com potencial mais que suficiente para que a sua contribuição para os objetivos a que nos propomos possa ser muito superior à média nacional.

Para isso, a Península de Setúbal precisa de relançar a sua indústria a partir da base já existente, quer favorecendo o seu desenvolvimento quer complementando-a. Precisa de se tornar mais atrativa a novos investimentos.

Um dos pontos em destaque ao longo desta conferência foram os constrangimentos a essa atratividade decorrentes da inclusão da Península de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa, região considerada desenvolvida pelos critérios estipulados por Bruxelas.

A diferença entre a intensidade dos estímulos ao investimento que os empresários podem esperar nesta região e nos concelhos vizinhos faz toda a diferença na captação de investimento.

De facto, esta situação está a deixar marcas visíveis na Península de Setúbal, que hoje é pouco atrativa para a localização de novas unidades industriais, apesar das condições (nomeadamente de acessibilidade) que possui. Assiste-se à deslocalização de empresas e, também, à deslocação diária de milhares de pessoas para ir trabalhar a norte do rio Tejo. É uma situação que é urgente corrigir, para evitar o empobrecimento desta região.

Desta Conferência saíram pistas valiosas para, neste e noutros domínios, se encontrarem soluções válidas para devolver o futuro à Península de Setúbal.

À AISET, deixo aqui o meu reconhecimento, a minha solidariedade e as minhas felicitações por esta iniciativa.